



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS  
PROJETO SEGUNDO TEMPO**

**RICARDO PEDROZO SALDANHA  
(depoimento)**

**2010**

**CEME-ESEF-UFRGS**

## FICHA TÉCNICA

**Projeto:** Garimpendo Memórias – Segundo Tempo

**Número da entrevista:** E-140

**Entrevistado:** Ricardo Pedrozo Saldanha

**Nascimento:** 29/03/1979

**Local da entrevista:** ESEF/UFRGS – Porto Alegre/RS

**Entrevistadora:** Paula Andreatta Maduro

**Data da entrevista:** 09/06/2010

**Transcrição:** Paula Andreatta Maduro

**Conferência Fidelidade:** Paula Andreatta Maduro

**Copidesque:** Paula Andreatta Maduro

**Pesquisa:** Marco Antonio Ávila de Carvalho

**Fitas:** Gravador digital

**Total de gravação:** 26 minutos e 45 segundos

**Páginas Digitadas:** 9

**Catálogo:** Luciane Silveira Soares

**Registro:** Vera Maria Sperandio Rangel

**Número de registro:** 02155/2010/01

**Observações:**

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que textual e que a fonte seja mencionada conforme especificação abaixo.

SALDANHA, Ricardo Pedrozo. *Ricardo Saldanha (depoimento, 2010)*. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2010.

## **Sumário**

Envolvimento com o Programa Segundo Tempo (coordenador geral junto a FUNDERGS); eixos desenvolvidos dentro do Programa; início de suas atividades no PST; beneficiados; seleção dos convênios; processo de capacitação; dificuldades e possibilidades do Programa; contribuição social do PST; tensionamentos, pontos positivos e limites do Programa; opinião para uma melhor qualificação do PST; importância na preservação da memória do Programa.

Porto Alegre, 09 de junho de 2010. Entrevista com o professor Ricardo Saldanha, a cargo da pesquisadora Paula Maduro para o Projeto garimpando Memórias - Projeto Segundo Tempo.

P.M. – Em relação ao PST<sup>1</sup>, qual a tua função no Projeto?

R.S. – Sou coordenador geral do convênio da FUNDERGS<sup>2</sup>, número 200/2007, que atende 80 núcleos tem 180 professores e 160 monitores.

P.M. – Há quanto tempo trabalhas no PST?

R.S. – Desde 2 de novembro de 2009, até o presente momento.

P.M. – Qual a extensão do teu trabalho no PST (regional, estadual ou nacional)?

R.S. – Estadual.

P.M. – Também trabalhas com as capacitações regionais, certo?

R.S. – Seriam as capacitações de monitores, tem uma equipe do Ministério<sup>3</sup> que faz as capacitações dos coordenadores de núcleo, está parte eu não me envolve. Faço a capacitação dos monitores que fazem parte do meu convênio.

P.M. – Quais os eixos do PST que tu trabalhas? São divididos da mesma forma para todas as regiões do Brasil?

R.S. – Sim, na capacitação dos coordenadores os responsáveis pela parte pedagógica passam os eixos e todos devem seguir os mesmos padrões e a capacitação aqui no Sul é igual a que tem no nordeste e centro este, não muda, todos devem seguir ao mesmo padrão da questão pedagógica dos núcleos.

---

<sup>1</sup> Programa Segundo Tempo.

<sup>2</sup> Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul.

P.M. – Como se deu o teu envolvimento com o PST?

R.S. – Como eu iniciei? Foi em 2007, em Osório<sup>4</sup> a FACOS<sup>5</sup>, onde eu trabalho, tem projetos junto com a FUNDERGS e na época surgiu à oportunidade de abrir um convênio com o PST. Eu fui indicado para trabalhar neste convênio, fui a Brasília, fiz um curso de coordenadores gerais, só que o convênio não saiu em 2007, em razão do ano eleitoral sendo iniciado só agora em 2009.

P.M. – O início do núcleo da FUNDERGS foi em 2009?

R.S. – O convênio é de 2007, só que iniciou em novembro 2009.

P.M. – Quem são os beneficiados e qual a frequência das atividades?

R.S. – São crianças e adolescentes de 7 a 17 anos de ambos os sexos, masculino e feminino, todos em situação de risco social, devem estar matriculados em uma escola, são os requisitos para participar do programa. Cada núcleo atende 200 crianças por núcleo. Agora os convênios novos atendem a 100 crianças, o Ministério de deu conta que é um pouco tanto quanto impossível atender 200 crianças por dia, tendo a meta de 100 por dia. Temos conseguido atender cerca de 130 a 140 crianças por dia.

P.M. – Estas crianças vêm com que frequência?

R.S. – São três vezes por semana no contra-turno da escola. Vem turmas no turno da manhã das crianças que estudam a tarde e no turno da tarde as crianças que estudam pela manhã.

P.M.- Como são selecionados estes convênio de vocês?

R.S.- São 80 núcleos e estes núcleos são distribuídos em 29 municípios.

---

<sup>3</sup> Ministério do Esporte.

<sup>4</sup> Cidade do Estado do Rio Grande do Sul.

P.M. – Fala um pouco mais como é esta seleção dos convênios.

R.S. – Em 2007 foram estipulado, inicialmente 19 municípios, só que no decorrer no período de 2007 a 2009, como não saiu o Programa em 2007 pensamos que não iria sair mais e os diretores da FUNDERGS remanejaram estes núcleos para outros municípios. Quando eu fui chamado em 2009 para iniciar o Programa eu tive a surpresa que passaram para 29 municípios participantes. Não sei informar qual a estratégia para selecionar estes municípios, pois eu não participei desta separação dos núcleos.

P.M. – Como são selecionados estes convênios?

R.S. – A seleção se deve em relação ao local de risco social, com uma experiência de crianças com drogas. O Programa entra na comunidade para tentar auxiliar na questão de desviar a criança deste risco social.

P.M. – Os núcleos são selecionados pela FUNDERGS?

R.S. – Os núcleos são selecionados pela FUNDERGS junto com a prefeitura do local, locais de risco social, por exemplo, em Alvorada<sup>6</sup> tem uma escola numa comunidade em que a região é de difícil acesso que tem crianças com risco de drogas, então é um local para trabalhar o PST.

P.M. – Como funciona a relação com o Ministério do Esporte com as prefeituras?

R.S. – Como a FUNDERGS tinha um prazo curto para iniciar o programa fez um Termo de Cooperação Técnica com as prefeituras e estas deveriam ceder um professor formado em Educação Física do quadro, ceder 20 horas para trabalhar no PST, pois senão a FUNDERGS teria que abrir um concurso. As prefeituras cederam professores para trabalhar 20 horas nestes locais.

P.M. – Tem os coordenadores de cada núcleo e os monitores?

---

<sup>5</sup> Faculdade Cenecista de Osório.

<sup>6</sup> Cidade do Estado do Rio Grande do Sul.

R.S. – São um coordenador e dois monitores, todos com 20 horas semanais.

P.M. – Os coordenadores são pagos pela prefeitura assim como os monitores?

R.S. – Não, os coordenadores a prefeitura faz o pagamento faz parte do quadro e os monitores são pagos por uma empresa que ganhou a licitação para efetuar a contratação dos monitores e coordenador geral.

P.M. - Esta empresa paga a contratação dos profissionais coordenador geral e monitores, mais alguma coisa que a empresa faça?

R.S. – Esta empresa fica responsável apenas pela contratação dos monitores e coordenação geral. O nome da empresa é IDECACE<sup>7</sup>.

P.M. – Quanto ao processo de capacitação, como funciona? Quando foi o primeiro?

R.S. - O primeiro curso de capacitação fizemos em 2008, na ESEF/UFRGS<sup>8</sup>. Como não saiu o convênio, muitos não estão mais hoje no convênio. Houve trocas, por isto tivemos uma capacitação de 17 à 20 de março de 2010, em Pelotas<sup>9</sup>, em que dos 80 coordenadores apenas 54 participaram, pois a mesma foi marcada de uma semana para outra. Estes professores fazem parte do quadro da prefeitura não conseguiram liberação. Está prevista mais uma capacitação em julho deste ano em Pelotas, para aqueles que não puderam participar desta de março poder participar para continuar no PST, senão terão que se desligar.

P.M. – Qual a verba envolvida no convênio da FUNDERGS, a verba federal, estadual e municipal?

R.S. – Nós temos uma verba do Ministério em torno de R\$ 2.300.000.00 ao ano e do estado com uma quantia de R\$ 700.000.00, em torno de R\$ 3.000.000.00 para os 80 núcleos.

---

<sup>7</sup> Instituto para o Desenvolvimento da Criança e do Adolescente pela Cultura e Esporte.

<sup>8</sup> Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

P.M. – Qual a tua visão sobre a estruturação do PST, não só a parte do teu núcleo, mas todo o PST?

R.S. – Uma coisa que me chamou atenção do curso que eu fiz em 2007 e que não teve atenção é que o nosso convênio é o segundo maior convênio do Brasil. E na capacitação não foi tratado de convênios grandes. Isto é difícil, pois são 29 municípios, desde Santana do Livramento, Nova Petrópolis, até Quaraí<sup>10</sup>, então em cada canto do estado. Se na capacitação e no Plano de Trabalho tivesse uma verba destinada para coordenadores setoriais facilitaria muito o trabalho do coordenador geral em função de conseguirmos estar em todos os núcleos constantemente o que seria mais correto. Esta é a grande dificuldade que eu estou enfrentando para coordenar este programa.

P.M. – Quais possibilidades do PST?

R.S. – Alguns núcleos, alguns municípios tem feito trabalho interessante, em Alvorada tem um coordenador setorial cedido pela prefeitura, é uma pessoa que mobiliza os 7 núcleos de Alvorada, faz eventos com os pais, reuniões, palestras, é uma pessoa muito engajada. Em Osório a prefeitura cedeu um ônibus para levar e buscar as crianças nos núcleos. Em Camaquã<sup>11</sup> há duas semanas fizeram um evento com os bombeiros, “rafting” e acampamento, cursos com as crianças deram alimentos. Dom Pedrito<sup>12</sup> trabalha com a inclusão digital. Alguns municípios estão muito engajados, não só a prática esportiva, no trabalho com as crianças.

P.M. – A contribuição de inclusão social do PST?

R.S. – Olha, a gente na capacitação em março tivemos muito discussão em relação a apropriação da escola em relação ao núcleo. Brigamos nisto, pois o núcleo não é da escola, ele está na escola e é da comunidade. Muitas diretoras de escola não permitiam que alunos de outras escolas participassem das atividades do programa. Hoje já está diferente conseguimos quebrar algumas barreiras, algumas escolas ainda resistem, mas estamos

---

<sup>9</sup> Cidade do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>10</sup> Cidades do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>11</sup> Cidade do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>12</sup> Cidade do Estado do Rio Grande do Sul.

conseguindo em função de aumentar o quantitativo atingido. Uma das coisas que chamavam atenção é que como tínhamos meta de 200, alguns convênios estavam trabalhando com 50 e fomos ver que eram em função de não atender crianças de outras escolas.

P.M. – Estas crianças, o que recebem do PST?

R.S. – No meu convênio recebem uma camiseta, o reforço alimentar. Tem outros convênios que recebe tênis, calção. O nosso foi a verba que recebemos. O material esportivo é uma parceria do Projeto Pintando a Liberdade<sup>13</sup> que os presidiários confeccionam as bolas do PST. No momento não sei se esta parceria está funcionando, em razão do material ter baixa qualidade. Atualmente o Ministério está revendo estas questões do material esportivo.

P.M. – Quais os tensionamentos do PST?

R.S. – No meu convênio com a FUNDERGS tem muita questão envolvida, sou o coordenador geral e tem outros convênios que eu dependo: o jurídico, o financeiro, e muitas ações que devem ser feitas vão além das minhas obrigações e muitas coisas param por outros setores não darem conta destas atividades que devem ser feitas.

P.M. – Vocês estão inseridos dentro de um Projeto Especial com a coordenação da FUNDERGS, é isto?

R.S. – Isto. Eu não sou contratado pela FUNDERGS, só trabalho no PST.

P.M. – Conheces alguma coisa sobre o início do PST?

R.S. – O ano de 2007 foi o marco do PST. O Júlio Filgueira<sup>14</sup> foi quem encabeçou o projeto. Não tenho muita informação.

---

<sup>13</sup> Programa vinculado ao Ministério do Esporte, o qual promove a ressocialização de internos do Sistema Penitenciário por meio da fabricação de materiais esportivos.

<sup>14</sup> Júlio Cesar Monzú Filgueira. Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte no período de maio de 2007 a outubro de 2009.

P.M. – Quais são os pontos positivos do PST?

R.S. – Positivas são as ações de tirar a criança do ócio e oportunizar atividades esportivas, fazendo coisas que vão contribuir para a vida destas crianças.

P.M. – E os limites do PST?

R.S. – São os recursos financeiros, não temos quase nada. Temos a sorte de ter convênio com as prefeituras e as mesmas contribuem financeiramente para o PST. Em Igrejinha<sup>15</sup> os monitores ganham um salário de R\$ 300,00 por mês e a prefeitura paga R\$ 190,00 a mais para ajudar no salário destes monitores.

P.M - Na tua opinião, o que é possível fazer para o Programa se qualificar mais? Quais são as possibilidades do PST?

R.S. – Eu acho que a capacitação pode ser pensada de uma forma levando em consideração o tamanho do convênio e suas condições - no meu caso é um convênio grande – e a capacitação teria as questões pedagógicas iguais em todo o Brasil, mas, muitas questões práticas, poderiam ser revistas especificamente para programas com convênios grandes como é esse da FUNDERGS. Um outro fator negativo que eu enfrento muito são as solicitações que encaminho para Brasília, os quais demoram muito para vir. Para tu teres uma noção, em janeiro de 2010 eu encaminhei um ofício à Brasília solicitando reposição de materiais esportivos estragados e, até agora, não tive retorno. Eu estou esperando desde janeiro também a compra de um carro para fazer as viagens e, até agora, não tenho. Já estamos em junho e não temos nenhum carro para fazer viagem. Então, isso é um problema que eu estou enfrentando com o Ministério: as solicitações que eu encaminho não são atendidas. Há alguns outros probleminhas também: como os coordenadores são cedidos pela Prefeitura, muitos não têm o engajamento e a preocupação que o Programa exige. Mensalmente, eu exijo dos coordenadores relatórios, folhas de frequência, contracheques, folhas-ponto, tudo para pagamento dos monitores e já pensando na prestação de contas lá no final. Muitos encaminham com atrasos. Muitos não encaminham. Desde o início do Programa, eu encaminhei uns três ofícios mostrando os prazos para cada material. O

relatório tem que ser enviado até o final da primeira quinzena, a folha-ponto dos monitores até o segundo dia. Por exemplo, hoje nós estamos no dia nove e eu não recebi todas as folhas-ponto dos monitores ainda. Então, isso dificulta o pagamento dos monitores. O [nome inaudível] faz um pagamento por mês. Então, aqueles que não entregaram, vão receber o pagamento somente no mês que vem. E aí vai atrasando. Mas o [palavra inaudível] do atraso também é em razão desse não envio dos materiais. Como é dinheiro público, precisa comprovar para liberá-lo, por meio de documento, folha-ponto assinada pelo monitor e pelo coordenador, para depois não ter problema na prestação de contas.

P.M. – Nós vemos que tudo depende da coordenação mesmo. Não somente a parte prática, mas a parte burocrática.

R.S. – Tudo. Nós temos que ter um controle, senão se perde. São 80 núcleos e, para cada núcleo, eu tenho um controle dizendo o que foi e o que não foi entregue [palavra inaudível]. Porque, se tu não faz isso, chega na prestação de contas e tu não consegue achar os documentos.

P.M. – O Projeto na prática atende aos objetivos propostos?

R.S. – Sim. O Projeto está atendendo. Atendem crianças dos 7 aos 17 anos, risco social, tirá-lo do ócio. Isso, com certeza, está atendendo.

P.M. – Para ti, é importante preservar essa memória do PST e por quê?

R.S. – Eu acho importante. Os resultados dessas entrevistas podem contribuir para melhorar as questões de capacitação, por exemplo, as questões específicas que convênios grandes possuem. Isso, para contribuir para novos convênios: “No convênio tal da Fundergs tinha tal e tal problema”. Bom, então isso pode contribuir para que o direcionamento das ações seja diferente, que o plano de trabalho seja construído de uma forma em que tenha verba para contratar outras pessoas para auxiliar. Então, eu vejo de forma bem positiva.

---

<sup>15</sup> Cidade do Estado do Rio Grande do Sul.

P.M. – Os materiais disponíveis no PST não suficientes? Você já falou alguma coisa sobre isso.

R.S. – O material é de baixa qualidade. Como eu falei, as solicitações não estão sendo atendidas. Eu pedi para reposição. Tenho um material suplementar do depósito para ser entregue aos coordenadores: bambolê, apito, bomba de encher bola, bola de borracha nº4, nº 8. Então, alguns materiais suplementares para melhorar esses que já têm. Mas a qualidade desse material [trecho inaudível] é muito baixa. Em todos os relatórios que cada núcleo me manda mensal, eu tenho uma lista de bolas que vão estragando.

P.M. – E como se renovam esses convênios? Aqueles convênios que não estão dando certo vão ser renovados ou vão ser “recapitados”?

R.S. – Convênios que possuem muitos problemas dificilmente têm renovação. Eu não sei se vai ter renovação da FUNDERGS, porque estamos enfrentando certos problemas. Claro, que os problemas não são somente da FUNDERGS, mas, implica que, de forma geral, o Programa não funciona muito bem. Eu não tenho certeza, mas as visitas que o Ministério faz resultam num relatório do que está acontecendo e isso vai, com certeza, influenciar na renovação ou não do convênio.

P.M. – E essa renovação seria anual?

R.S. – Sim.

P.M. – Gostaria de te agradecer pela entrevista e dizer que espero que continue dando tudo certo no convênio, porque acho que é um Projeto muito importante de ser realizado.

R.S. – Obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]